



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

Indicação LEI Nº 165/2018

SÚMULA: Dispõe sobre a obrigatoriedade das lojas credenciadas das operadoras de telefonia móvel em receber pagamento das suas faturas de consumo no âmbito do Município de Campo Largo – Pr.

A Câmara Municipal de Campo Largo, Estado do Paraná, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte indicação de lei:


Art.1º. Ficam obrigadas as lojas e credenciadas das operadoras de telefonia móvel o recebimento das suas faturas de consumo.

PARÁGRAFO ÚNICO: As lojas credenciadas das operadoras de telefonia móvel não poderão recusar-se a receber o pagamento desde que feito em dinheiro ou cartões de débito.

Art.2º. A fiscalização será realizada por meio do PROCON, órgão responsável por receber denúncias e verificar casos de abusos contra o cidadão.

Art.3º. O descumprimento desta Lei acarretará cobrança de multa no valor de R\$1.000,00(mil reais), sendo duplicado este valor a cada reincidência no período de um ano.

Art.4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.


Antonio Gonçalves Ferreira
Vereador

3842/13
13/11/18
Jo



CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que, o cliente tem a opção de pagamento, das suas contas, nenhuma instituição tem o direito de privá-lo a realizar tal ato.

Nas empresas de telefonia ao não realizar o pagamento, os consumidores ficam privados de ter acesso a serviços considerados essenciais, por este motivo a quitação de obrigação assumida pela contratação do serviço é indispensável.

O cliente tem direito a efetuar seus pagamentos de acordo com os valores explícitos nos boletos, independente do montante as lojas não podem estabelecer valores para recebimento do título.

A operadora que recusar receber pagamento a vista por falta de segurança das suas lojas esta transferida o dever de segurança para o consumidor, a prática que impõe ao cliente se deslocar a outro local para pagamento neste caso é considerada abusiva contrariando o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (art.39, II; V; IX)**

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços dentre outras práticas abusivas: *

Caput com redação determinada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994


II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;

O consumidor que dispor de pronto pagamento para adquirir bens ou prestação de serviços não pode sofrer recusa por parte do fornecedor, sendo que o mesmo têm disponibilidade e condições de prestar o serviço, configurando-se prática abusiva.

Campo Largo, 12 de novembro de 2018


Antônio Gonçalves Ferreira
Vereador